

---

# A Formação da Consciência Nacional: a ação do Estado e os Intelectuais

---

Sebastião Pimentel Franco\*

## INTRODUÇÃO

Foi no transcorrer do século XIX, sobretudo a partir da segunda metade, e nas primeiras décadas do século XX, que vimos as expressões “nacionalismo” e “nações” adquirirem significativa importância entre nós.

TRINDADE (1992: 82) diz que a idéia de Nação consolida-se a partir das exigências políticas dos Estados oitocentistas, quando se acrescenta a essa noção a idéia de Pátria, que confere um fator emocional à sensação de “pertencimento” a um território, uma língua ou uma cultura, que conforma o conceito de Nação:

E, enquanto a Nação é uma identificação quase que natural entre pessoas que possuem tais características comuns, nacionalismo e patriotismo são construções de cunho político, geradas pelas necessidades que têm os Estados em obter o apoio irrestrito de seus cidadãos à causa nacional.<sup>1</sup>

As “intelligentsias” brasileiras do século passado e de princípios deste vão se ater particularmente a essa questão para apontar, por meio de obras literárias, os caminhos

para a criação da idéia de Nação e de nacionalismo.

Se é verdade que tinham idéias diversas, adotando muitas vezes posturas conflitantes, no geral tenderam a sustentar teorias que desembocavam infalivelmente em pontos comuns ao caráter do povo brasileiro. A maioria dos intelectuais creditava à questão da miscigenação e às condições geográficas e climáticas a responsabilidade direta pelo nosso atraso civilizatório e pela falta da existência de uma unidade nacional.

Com a queda da monarquia e a ascensão dos republicanos, o grupo que toma o poder procura criar uma legitimação do nosso novo regime, tentando impressionar a seu favor o imaginário popular, recorrendo para tal a alguns instrumentos necessários à consolidação do novo momento político.<sup>2</sup>

Para tanto, SEVCENKO (1981: V) diz que:

as duas primeiras décadas deste século experimentaram a vigência e o predomínio de correntes realistas e de nítidas intenções sociais. Inspirados na linhagens intelectuais características da Belle Époque... faziam assentar toda a

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A

sua energia sobre conceitos éticos bem afinados e de larga difusão em todo esse período. Assim, abstratos universais como os de humanidade, nações, bem, verdade, justiça imperavam como padrões de referência, básicos às unidades semânticas construtivas dessa produção artística.<sup>3</sup>

Discursos, valorização, manipulação de mitos pátrios, serão alguns dos mecanismos utilizados.

Como forma de implementar o projeto da criação do conceito de Nação e nacionalismo, o Estado se apropriará de elementos que funcionarão como transmissores de sua mensagem. Dentre os que foram usados, gostaríamos de ressaltar a utilização da escola e da mulher. A primeira, por ser o espaço de disseminação com a veiculação de idéias pelo conhecimento que ela repassa; a segunda, por ser, na época, a grande maioria que ocupava a função do magistério, sobretudo o de nível primário.

Dividimos o nosso trabalho em três momentos. Na primeira parte, abordaremos, de forma sucinta, o papel da mulher em nossa sociedade. A seguir, procuraremos evidenciar o pensamento da "intelligentsia" brasileira do século XIX e do início do século XX, no que tange às suas posições quanto à idéia da criação do Estado Nacional, enfocando suas percepções quando ao caráter do nosso povo. Por fim, enfocaremos a ação da escola no Brasil e de que forma ela foi utilizada na formação do ideal nacionalista.

## A MULHER BRASILEIRA: BREVE SINOPSE

A trajetória da mulher na história da civilização ocidental sofreu, ao longo dos séculos, profundas transformações, mais acentuadas do que as ocorridas com os homens, que sempre ocuparam a liderança social e familiar. A condição do chamado "sexo frágil" variou de lugar e de época. Se é inegável que, em algumas regiões, e em alguns momentos, a mulher esteve numa posição de projeção, também podemos afirmar que, de modo geral, situa-se em condições de inferioridade ao homem, nas mais diversas sociedades.

No Brasil Colonial, fatores locais favoreceram o estabelecimento de uma estrutura agrária, latifundiária e escravocrata. A família portuguesa, ao ser transplantada para o Brasil, sofreu a influência de costumes locais, adaptou-se e adquiriu características próprias. O regime paternalista se fortaleceu. Contribuíram para isso a descentralização administrativa, os latifúndios, a dispersão populacional.<sup>4</sup>

O pai tinha todos os direitos, todos dependiam dele, a sua autoridade era inquestionável. Como chefe da família, exercia poder sobre todos que estivessem sob sua dependência ou influência. Cabia à mulher um papel submisso, vivendo sob a égide masculina. Estamos obviamente nos reportando ao sistema predominante em nossa sociedade, o que não significa que desconhecemos a existência de mulheres que tivessem desempenhado papéis diferentes dessa regra.<sup>5</sup>

A partir do século XIX, a mulher começa a conquistar espaço maior em nossa sociedade, tirando vantagem da nova situação. O chefe da família abre suas portas para a realização de festas e saraus.<sup>6</sup> Da habilidade feminina passou a depender o sucesso de uma recepção. A maneira como as mulheres se comportavam, recebiam, hospedavam ou se insinuavam junto a personagens prestigiados decidia, às vezes, o bom encaminhamento da carreira política ou econômica do homem. Apesar da ascensão, do crescimento de sua importância, a mulher, durante todo o transcurso do século XIX, encontrou enormes resistências para ocupar seu espaço.

A partir do final do século passado e do princípio do século XX, NADER<sup>7</sup> aponta uma separação das estruturas coloniais brasileiras, o que possibilita profundas alterações na estrutura familiar, enfraquecendo o poder conservador masculino e proporcionando a ascensão do poder feminino.

O final do século XIX e as primeiras décadas deste século caracterizaram-se, no Brasil, pelo início do incremento do processo de industrialização, o que provocará significativas mudanças na nossa sociedade.

Haverá uma possibilidade de maior participação da mulher no mercado de trabalho, passando ela efetivamente, a competir com o sexo masculino pelas novas oportunidades.

Dentre as possibilidades abertas, acentua-se a participação feminina nas recém-instaladas indústrias, sobretudo na da área têxtil, e no magistério.

Além disso, não se pode esquecer da

participação maciça da mulher em atividades domésticas e na venda de miudezas e de gêneros de primeira necessidade.<sup>8</sup>

No início deste século, a grave crise econômica por que atravessava o país, com elevado índice de inflação, resultado da desastrosa política econômica implantada pelo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, fez com que mais do que nunca a mulher tivesse de ir à luta em busca de trabalho que possibilitasse a sua sobrevivência e, muitas vezes, a toda a sua família.<sup>9</sup>

Com a industrialização, fez-se necessário dotar a população do acesso ao conhecimento, para que pudesse operar o maquinário e o domínio do processo de fabricação. A vinculação desse conhecimento vai se dar pela escola, daí o envolvimento de esforços dos republicanos para expandir cada vez mais o número de estabelecimentos educacionais.

Já nessa época vigorava a idéia, sobretudo graças à ação dos pensadores positivistas, do papel que a mulher deveria desempenhar no processo civilizatório. Preferencialmente, a mulher vai exercer a função do magistério, sobretudo por se associar essa função a uma extensão da função materna.<sup>10</sup>

Apesar de a mulher conseguir cada vez mais sair do espaço doméstico a que vivia confinada até o século XIX, prevalecerá em nossa sociedade o ideal feminino da docilidade, da submissão e dedicação à família (filhos e maridos). Dessa forma, vemos ser inculcados na sociedade valores, formas de comportamento, que passam desde a disciplina rígida do espaço ao tempo do trabalho, estendendo-se a todas as esferas da vida, como as relações familiares, a rua e os

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

espaços consagrados ao lazer.

"Particularmente sobre as mulheres recai uma forte carga de pressão acerca da obtenção do comportamento desejado, pessoal e familiar..."<sup>11</sup>. Daí todo envidar de esforços em estabelecer-se um padrão de comportamento que fomente um ideal feminino de reclusão ao lar.

### A "INTELLIGENTSIA" BRASILEIRA E A QUESTÃO DA ACIONALIDADE

Será nosso objetivo evidenciar o posicionamento da "intelligentsia" brasileira acerca da constituição do ideal de Nação e de nacionalidade. Teremos como foco o período compreendido entre o século XIX, sobretudo a partir da independência do Brasil, em 1822, e as primeiras décadas do século XX, quando se está consolidando o regime republicano.

A busca de uma identidade coletiva, de um alicerce para a construção da nação foi uma tarefa que os intelectuais da Primeira República, no Brasil (1889-1930), perseguiram obstinadamente.

De maneira geral, esses intelectuais tiveram pensamentos comuns, e, entre eles, aponta-se a inexistência da identidade brasileira e de que forma se pode fomentá-la.

Alberto Torres,<sup>12</sup> ao criticar o regime e a falta de identidade nacional na segunda década deste século, afirma: "Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos"<sup>13</sup>

Dessa maneira, surgiram duas formas

típicas de reação. Uma, a mais simplista, que procurava sublimar as dificuldades, transformando o sentimento de inferioridade em um de superioridade. Exemplo clássico é o de Affonso Celso<sup>14</sup> em sua obra **Por que me ufano de meu país**, em que se visualiza, claramente, como o próprio título demonstra, uma visão de país promissor. O Brasil era visto como o "gigante adormecido", que no futuro mostraria sua grandiosidade. A outra mergulhava profundamente na realidade do país, pois acreditava que só a partir do conhecimento de suas características seus habitantes seriam capazes de dar ordem ao caos em que se vivia (SEVCENKO, 1981)<sup>15</sup>. Esta, certamente, uma visão mais pessimista.

Para alguns estudiosos, o ideal de constituição de Nação e nacionalismo sempre esteve presente entre nós. As tentativas de libertação do jugo português e até holandês, no período colonial, seriam, em verdade, representações desse ideal. Discordamos desse ponto de vista, por entendermos que tais tentativas apresentavam características de grupos econômicos, na maioria das vezes, atrelados a Portugal. Seus desejos seriam, antes de tudo, a alteração das relações de poder econômico e político, sendo a problemática apenas um pretexto.

Antes de nos atermos à ação e ao pensamento da "intelligentsia" brasileira, gostaríamos de discutir o que seria esta Nação, nacionalismo e nacionalidade. Tomamos como referência ANDERSON, que, entre outras coisas, aponta-nos a dificuldade em se definirem esses conceitos, sobretudo em analisá-los e compreendê-los. Fala-nos que:

Para compreendê-los adequadamente é preciso que consideremos com cuidado como se tornaram entidades históricas, de que modo seus significados se alteraram no correr do tempo, e por que, hoje em dia, inspiram uma legitimidade emocional tão profunda.<sup>16</sup>

No caso brasileiro, veremos que, em maior ou menor intensidade, a intelectualidade procurou construir a idéia de Nação, nacionalidade e nacionalismo, tomando com fonte inspiradora uma visão europeizante, sustentada nas teorias a partir desse referencial:

Aos jornalistas, intelectuais, escritores e “homens da ciência” estava reservada a “missão” de refletir a respeito da realidade brasileira buscando no social, nas condições étnicas do país, nas diversidades regionais, os elementos formadores da nacionalidade e da identidade nacional. Cabia-lhes a tarefa de apontar soluções e caminhos para o lugar reservado ao Brasil junto às nações civilizadas. Esta “missão” foi desempenhada com ardor e comportou leituras da realidade brasileira sob a ótica das teorias então populares na Europa – o darwinismo social, o evolucionismo, o racismo, o positivismo, o liberalismo – invocando, nestes pensadores

repórteres do seu tempo, expressões de pessimismo ou otimismo diante da realidade complexa de um país <sup>17</sup>

GUIMARAES, ao focar a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o seu projeto da constituição de uma história nacional, procura evidenciar de que forma os membros dessa entidade compreendiam e debatiam em torno do “nacional”. O modelo referência é o europeu, em que a produção historiográfica elitista desempenhou papel decisivo na construção de visões e interpretações e na discussão dessa questão. Para esse autor, após a implantação *do Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação Brasileira, capaz de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os nossos princípios organizadores da vida social do século XIX*”.<sup>18</sup>

Para esses intelectuais, era tarefa primordial pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da nação. Essa historiografia e esses pensadores estavam atrelados ao Estado, vinculados à dinastia de Bragança, enxergando, portanto, o elemento colonizador como o responsável pela Nação. A Nação deveria pertencer aos brancos colonizadores, evidenciando, por certo lado, caráter depreciativo quanto aos demais segmentos sociais que excluíram, como os elementos indígenas e africano, por não os considerarem civilizados.<sup>19</sup>

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
D  
E  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
D  
E  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

No momento em que se está fomentando a construção de Nação, nacionalidade e nacionalismo serão decisivos, pois, ideologicamente, essa criação e sedimentação vão se transferindo e se perpetuando entre as gerações futuras.

De forma geral, o Brasil era tido como um país atrasado, e a Europa, civilizada, daí esta ser vista como referência. Para esses intelectuais, o elemento branco, colonizador e português era mais evoluído, o que consolidaria e sustentaria as teorias racistas que evidenciam o negro e o índio como responsáveis pelo nosso atraso.

A idéia de inferioridade racial contribuía para a reelaboração das representações a respeito de negros, índios e mestiços como incapazes de interiorizar comportamentos civilizados.

Segundo SALLES<sup>20</sup>, a imagem negativa dos índios, negros, mestiços e amarelos era sustentada nas teorias racistas em desenvolvimento na Europa do século XIX, quando, por meio de pesquisas experimentais com cérebros humanos e com símios, passou-se a atribuir a esses grupos sociais uma inferioridade racial, o que, para a época, era comprovado biologicamente.

Essas teorias levaram a um ávido desejo de branqueamento da população brasileira, que será responsável em parte pelo projeto imigrantista que ocorreu no nosso país na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do nosso século. Associava-se a questão do embranquecimento à idéia de progresso e civilização.

Concomitantemente à crença das teorias raciais causadoras de nossos males, toma

corpo a teoria da influência do meio físico. A dependência do homem em relação ao meio ambiente, numa predominância de uma visão pessimista, ou seja, a de que jamais conseguiremos nos equiparar à Europa.

Esses pensadores atribuíram à mestiçagem, ao clima, ao negro ou ao índio os fundamentos de nosso entrave civilizatório. Tinham por pensamento comum, ainda, o fato de o elemento branco e colonizador ser superior.

Varnaghen<sup>21</sup> e Capistrano de Abreu,<sup>22</sup> entre outros, pensavam a questão da formação do povo brasileiro por viés idêntico. Ora em maior ou menor proporção, imputavam, sobretudo ao índio e ao negro, as heranças de todos os males, e por razão óbvia, entendiam-nos como inferiores. Impunham e fomentavam um visão determinista do nosso atraso, e estaríamos fadados ao eterno fracasso, existindo uma única forma de reverter esse panorama que era por meio da educação.<sup>23</sup>

Essa intelectualidade do século XIX é financiada pelo Estado, seu mecenas. Daí ter sido solidificado o poder estatal, gradativamente. O ideal de forjar a nação é pensado necessariamente a partir do Estado, uma vez que ele é em verdade, o agente de construção de si próprio.

A intelectualidade passará a ocupar desde simples cargos burocráticos até os de nível mais elevado, evidenciando dessa forma a tutela que o Estado oferecerá à organização cultural e aos institutos superiores da época.<sup>24</sup>

Cai a monarquia a ascende a república. O panorama pouco ou quase nada muda. Convém não esquecer que os intelectuais do









reaver os féis que a Igreja havia perdido com a reforma de Lutero. Naquele movimento, convém destacar o papel que desempenharam os jesuítas da Companhia de Jesus. A educação disseminada pelos jesuítas tinha por objetivo a formação de letrados e eruditos. Uma educação literária, humanista. Alheia à realidade da vida da colônia, visava a cultivar as "coisas do espírito". Esse tipo de educação era o desejado, na época, pelas classes dominantes, uma vez que nesse período não havia necessidade de outro tipo de educação, face à nossa economia rudimentar e sedimentada no trabalho escravo. Não havia demanda de mão-de-obra que dominasse técnicas mais avançadas, como ocorreu com a sociedade industrializada do século XVIII, na Europa. Assim, essa educação não alterava a estrutura vigente, pelo contrário, subordinava-se ao meio social vigente. Sua marginalidade era a essência da qual vivia e se alimentava.<sup>37</sup>

Existia, portanto, um casamento perfeito entre o que desejavam os colonizadores e os objetivos da educação jesuítica.

Inúmeros colégios foram instalados por todo o país. As escolas destinada aos índios tinham por objetivo real a catequese. Compreendiam os jesuítas que, para propagar a fé católica, era preciso ensinar-lhes a leitura e a escrita. Nessas escolas de ler e escrever, transmitiam-se os costumes dos europeus (portugueses), incutindo-se no início a cultura européia como superior, uma vez que, de todas as formas, havia tentativa de demover os nativos de seus costumes. O ensino jesuítico era passado não só para os índios, mas também, para os filhos dos

colonos e escravos, o que resultava numa grande influência que os jesuítas passaram a exercer em todas as estratificações sociais da época.<sup>38</sup>

O que se verificou na realidade é que o plano educacional destinou-se a uma instrução para os filhos de colonos, enquanto os índios e os escravos seriam apenas catequizados. Isso era importante, sobretudo no plano econômico, uma vez que índios e escravos tornavam-se mais dóceis, podendo ser utilizados como mão-de-obra barata.

FREIRE vê essa questão como um dos fatores contribuintes para o elevado número de analfabetos existentes no país, tendo inclusive chegado à conclusão de que essa situação perdurou de 1534 a 1850. Sobre o fato, diz:

Uma estrutura social "que não podia" privilegiar a educação escolarizada, estendendo conteúdos alienados e de concepção elitista, com "sistema" esfacelado de aulas avulsas, fecundada pela ideologia, [...] um grande número de analfabetos [...] uma sociedade dual (senhor x escravo), de economia agrícola-exportadora-dependente, (economia colonial) não necessita de educação primária, daí o descaso por ela. Precisava [...], organizar e manter a instrução superior para uma elite que se encarregaria da burocracia do Estado, com o fim de perpetuar os seus interesses e cujo diploma





verificar de que forma o Estado republicano (1889-1930) utilizou a educação como um veículo de difusão do ideário que desejava.

No Brasil, desde o final do Império, sobretudo graças à campanha incentivada pelos intelectuais, especialmente os teóricos adeptos do positivismo, falava-se do estado precário em que se encontrava a educação do povo e evidenciava-se tal fato como um forte obstáculo ao nosso desenvolvimento, o que impedia o rompimento do atraso civilizatório em que vivíamos.

Embalados pelo ideólogos republicanos que haviam ascendido ao poder, vemos crescer, cada vez mais, o entusiasmo pela educação. Proclama-se a popularização do ensino como forma de determinar o desenvolvimento da nação. Grandioso será o esforço da Primeira República em expandir a oferta da escolarização para toda a parcela da população.

Obviamente, sabemos que, aliado a esse pensamento, decisiva foi a necessidade de ampliar o nível de escolarização da população, em razão do processo de industrialização que estávamos experimentando.

Embora o índice de analfabetismo no país como um todo não tivesse diminuído drasticamente, é inegável que em alguns estados da federação houve uma melhora substancial, como foi o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, talvez em parte explicável, por serem esses dois centros os líderes do processo de industrialização do nosso país.

É nesse cenário que o Estado fomenta a criação de um sentimento patriótico em que o indivíduo passa a ser visto como responsável pelo processo nacional e pela prosperidade pública, e, para se chegar a essas

mudanças, usa-se como veículo a escola, que terá como tarefa a responsabilidade pela formação do caráter nacional. Nesse sentido, TRINDADE diz que:

[...] todos os esforços da administração pública no Brasil voltam-se, neste momento para a formação do patriota [...] tentando impedir a emergência de interesses outros que não os da construção da Nação brasileira.<sup>45</sup>

O regime recém-estabelecido precisava ser legitimado. Dessa forma, manipula-se o imaginário popular por meio de um engendramento de estratégias pela via nacional capazes de consolidar esse novo momento. Será pela manipulação de mitos, dos heróis, da alegoria feminina e da valorização dos símbolos e idioma pátrio que se tentará chegar a esse objetivo.

Por meio do ensino da História e da Geografia, procura-se conhecer o solo pátrio e referenciar as glórias, os grandes vultos e heróis que serviriam de exemplos para as futuras gerações. As aulas de moral e civismo servem, antes de mais nada, para ajustar o indivíduo ao modelo pretendido, que é o de implementar a disciplina e a ordem. Os exercícios físicos, que se tornam a coqueluche do momento, contribuem para a criação de corpos fortes que servirão à Pátria.

Para disseminar esse ideal, a escola e as mulheres foram:

utilizadas como veículos de reprodução dos objetivos maiores

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

D  
E

H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A

.  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .  
. .

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
D  
E  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

da Nação: a escola, sobretudo a primária, como transmissora da mensagem patriótica a todos os cidadãos; e a mulher, como simbologia e como elemento formador das futuras gerações. A ambas cabe a missão de ensinar à criança e ao jovem um corpo de doutrinas que se tome, pelo caminho do sentimento, os mais fiéis servidores da pátria.<sup>46</sup>

Já falamos anteriormente que, a partir do século XIX, a mulher consegue ascender socialmente, passa a exercer inúmeras funções, entre elas a do magistério, sobretudo face à visão dessa atividade como uma extensão das atividades do lar. Embora exista essa ascensão, é inegável que a sociedade do início do século XX ainda tem como proposta básica confinar a mulher a função que não comprometa os padrões vigentes sobre moralidade e recato. Daí, portanto, procurar evitar-se a sua ação pública.

A função materna ainda é primordial, cabendo à mulher desempenhar um papel de direção interna da família, o que a faz o eixo do núcleo familiar. A ela compete transmitir os valores éticos e morais da sociedade. Aliada ao seu papel de mãe, a mulher professora (esta é também a mãe de todos seus alunos) deve atender aos interesses da sociedade e da Nação, por meio da retransmissão dos conhecimentos e valores que desejam ser repassados. Tem ela, portanto, a responsabilidade no processo formativo do indivíduo, é útil aos interesses sociais.

Para a mulher, desejava-se que representasse o papel da rainha do lar e do anjo tutelar da família, cabendo-lhe, conseqüentemente, como responsabilidades as atividades da casa e o zelo da família. Cabe a ela manter a ordem social, e isso só será possível se exercer a função de guardar o lar, a moral e os bons costumes. É nesse sentido que se reserva para ela o papel de educadora por natureza, pois, nessa condição, pode ser professora, orientando seus alunos como se fossem seus filhos.

Foi dessa forma que os intelectuais assimilaram, e difundiram o discurso de ser a mulher educadora por natureza, por consideraram que a “tarefa de educar era uma grande missão, pois não bastava apenas ter filhos e criá-los, deveriam educá-los para a vida e para pátria”.<sup>47</sup>

O que se desejava, em verdade, era tirar a mulher do campo profissional e científico, enclausurando-a em casa. Trabalhar fora, trocar seus afazeres domésticos por uma profissão remunerada significava, à visão da época, provocar desajustes, desordem social das novas gerações, o que seria prejudicial ao progresso, além de que diminuiria a oferta de mão-de-obra e valorizaria o trabalho e o salário masculino.<sup>48</sup>

Em razão de a criança ser vista como esperança da pátria, cabe à mãe, em primeiro lugar, e à professora, posteriormente, formar esse pequeno ser para tornar-se um cidadão digno, um homem bom para a família, um indivíduo para a sociedade, um cidadão para servir à pátria.

Sobre o fato, convém ressaltar a visão da época, influenciada pelo positivismo, de

que a noção de família só era superada pela noção de Pátria e Humanidade. Assim sendo, cabem à mulher dois ofícios básicos, o de aperfeiçoar o esposo e o de educar os filhos para a Humanidade, o que a faz responsável pela posição moral dos futuros cidadãos.

Conferidas pelo governo, a mulher, a mestra e a escola são os responsáveis pela posição do sentimento cívico de cada cidadão, levando-se em consideração que esses cidadãos devem ser criados para ser patriotas, a serviço da Pátria.

## CONCLUSÃO

A educação ministrada no Brasil durante todo o período colonial esteve nas mãos do Estado, aliado à Igreja, e destinou-se a uma minoria privilegiada, os “bem nascidos”. A grande massa (índios, negros, mestiços) recebia instrução religiosa, com a preocupação de levá-los à obediência servil.

No período delimitado para nosso estudo (século XIX e as primeiras décadas do século XX), observamos certa evolução na administração do ensino, que continuou, entretanto, voltado para atender aos interesses das classes dominantes.

A chamada “intelligentsia” brasileira que procurou forjar o ideal de Nação e nacionalidade, tinha uma visão do Brasil como país atrasado e da Europa Ocidental como civilizada, dois pólos antagônicos. Essa ótica contrapunha o colonizador, como evoluído, ao colonizador, inferior, atrasado. Como resultado, chegamos à consolidação das teorias racistas que rotulavam o negro e

o índio como responsáveis pelo nosso atraso, incapazes, inclusive, de interiorizar comportamentos civilizados. Não nos esqueçamos de que a preocupação com o branqueamento da pele sempre esteve presente, não só no Brasil, mas em toda a América Colonial Hispânica e outras colônias. Ser branco era condição importante para se conseguir ocupar altos cargos e para a ascensão social. O “branqueamento” de um povo fazia parte do processo civilizatório. Essa preocupação esteve ligada inclusive ao projeto imigrantista.

Essa “intelligentsia” era financiada pelo Estado, e esteve a seu serviço, produzindo literatura, formando o inconsciente coletivo, forjando a Nação.

Com o advento da República, não vamos encontrar grandes modificações. A elite intelectual do século XIX legou uma herança cultural aos seus descendentes, que perpetuaram essa ótica preconceituosa. Líderes idealistas da implantação do novo regime, não conseguiram postos de comando na nova ordem política e se frustraram. Perpetuaram a necessidade do poder vertical, de cima para baixo, ficando o povo inculto alienado do novo sistema governamental. Desejavam mudanças sem poder ou saber como concretizá-las. E se tornavam antagônicos, desprovidos de sólidos projetos ideológicos.

E assim chegamos ao surto nacionalista da década de 20 conhecido como modernismo. Como vimos, um grupo de intelectuais lança a idéia de transformação do Brasil pela educação.

Emerge então a mulher como professora

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

e educadora. Ela atuará sobretudo na escola primária. Passa a ser o esteio da casa e da sociedade, ao transmitir os valores éticos e morais que interessavam ao Estado. Nesse momento histórico, o Estado deseja formar um cidadão digno para a família e a sociedade. Um cidadão que sirva à Pátria. Portanto, de grande valia será a escola e a professora na transmissão desses valores.

Fizemos uma sinopse da trajetória da mulher na história da civilização ocidental, e chegamos às seguintes conclusões ao contrário do que ocorreu com os homens, que sempre foram considerados os “chefes” da família, a mulher, salvo exceções, ocupou uma posição inferior na sociedade em que vivia.

Ao longo do século XIX na sociedade

brasileira, algumas mulheres conseguiram certa ascensão social.

No final do século XIX, o início da industrialização oferece às mulheres novas oportunidades no mercado de trabalho, sobretudo nas indústrias têxteis. (Não nos esqueçamos que agora o conhecimento se faz necessário para a manipulação.)

Mas a estrutura social vigente continuava a perseguir valores rígidos de comportamento, cumprimento cego de ordens, horários, chefes. A mulher deveria continuar submissa sempre, fora e dentro do lar. E, conseqüentemente, esposa e mãe, reclusa à casa, lutando para transmitir à prole e também a seus alunos, se fosse o caso, esses mesmos valores. ■

### Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989, 1989.  
 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.  
 FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos**. São Paulo: Cortez, 1989.  
 FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4. ed, São Paulo: Moraes, 1986.  
 GUIMARAES, Manoel Luis Salgado. **Nação e civilização nos tópicos**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.  
 ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: a moral e o imaginário 1889-1930**. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.  
 LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia**. 2ª ed., São Paulo: pioneira, 1969.

- NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 1997.  
 PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.  
 RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 5ª ed., São Paulo: Moraes, 1984.  
 ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1984.  
 SALLES, Iraci Galvão. **República: a civilização dos excluídos (representações do “Trabalhador Nacional”. 1870-1919)**.  
 SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo, 1987.  
 SEVCENKO, Nicolau. **Euclides da Cunha e Lima Barreto: a literatura como missão, 1900-20**. São Paulo: USP, (Tese de Doutorado), 1981.  
 SOIHET, Rachel. **Vivência e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890-1920)**. São Paulo: USP (Tese de doutoramento). 1986.



- SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Educação na Constituição e outros estudos**. São Paulo: Pioneira, 1986.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na primeira república**. São Paulo: USP, (Tese de Doutorado), 1992.

## Notas

- \* mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo; doutorando em História Social pela USP; professor do Departamento de História da Ufes.
- 1 TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira república**. São Paulo: USP (tese de Doutorado), 1992.
  - 2 CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990. SEVCENKO, Nicolau. **Euclides da Cunha e Lima Barreto: a literatura como missão, (1900-1920)**. São Paulo: USP, (Tese de Doutorado), 1980.
  - 4 SAMARA, Eni Mesquita de. **A família brasileira**, 2ª, São Paulo: Brasiliense, 1986.
  - 5 COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica, norma familiar**. 2ª, Rio de Janeiro: Graal, 1983.
  - 6 COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
  - 7 NADER, Marcia Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: Edufes, 1997 -p. 22
  - 8 Sobre o tema ler PINTO, Maria Inês Borges. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre em São Paulo (1890-19114)**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994; GRANHAM, Sandra Landerdale. **Proteção e obediência: criados e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)**. São Paulo: Campanha das Letras, 1992; SOIHET, Rachel. **Vivência e forma de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890-1920)**. Tese de Doutorado defendida na

- faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1986.
- 9 CARVALHO, Jose Murilo de. 1990. Op. Cit.
  - 10 ISMÉRIO Clarice. **Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)**, Porto Alegre: Edipucurs, 1995.
  - 11 SOIHET, Rachel. **Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890-1920)**. São Paulo: USP, (Tese de Doutorado), 1986. p.09
  - 12 Alberto Torres, demonstra o não reconhecimento da existência de nossa nacionalidade; não fugindo a idéia pessimista e determinante da época. Somos atrasados e portanto sem solução.
  - 13 CARVALHO, Jose Murilo de. Op. Cit. p.33
  - 14 Affonso Celso nasceu em 1860 em Ouro Preto e faleceu no Rio de Janeiro em 1938. Doutorou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi abolicionista e republicano apesar de ser filho do monarquista o Visconde Ouro Preto. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras, colaborou nos mais importantes veículos da imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo sido fundador do Jornal do Brasil. Professor Catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, sua obra mais famosa "Porque me ufano de meu país (1900) provocou na época a maior polêmica.
  - 15 SEVCENKO, Nicolau, Op. Cit.
  - 16 ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989. p. 12
  - 17 SALLES, Iraci Galvão. **República: a civilização dos excluídos (representações do trabalhador nacional 1870-1919)**. São Paulo: USP, (Tese de Doutorado), 1995.
  - 18 GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**. Rio de Janeiro. Vértice, 1988. P5.
  - 19 SALLES, Iraci Galvão. Op. Cit.
  - 20 SALLES, Iraci Galvão, Op. Cit. p. 34
  - 21 Francisco Adolfo de Varnhagem, nasceu em São João do Ipanema SP em 1816 e faleceu em 1878. Estudou no Real Colégio Militar em Portugal. Historiador e diplomata, foi um estudioso erudito. Publicou inúmeros trabalhos a maioria de caráter histórico, sendo a publicação História Geral do

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

- Brasil considerada a sua mais monumental obra. Foi patrono da cadeira nº 39 da Academia Brasileira de Letras.
- 22 João Capistrano de Abreu, nasceu no Ceará em 1853 e faleceu em 1927. Viveu o período da efervescência cultural do Brasil de 1870, tendo sido enormemente influenciado pelos ideais liberais e positivistas que vigoraram no Brasil daquela época. Transfere-se em 1875 para o Rio de Janeiro onde trabalhou como redator da Gazeta de Notícias. Foi professor da cadeira de Cartografia e História do Brasil do Colégio Pedro II. É considerado o renovador dos estudos históricos. No Brasil, quanto a investigação e interpretação dos fatos históricos, sua maior obra é **O Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI**. Procurou estudar o fenômeno histórico ligando causas e efeitos, estudando o ambiente, os fatores geográficos, a influência da natureza e da raça.
- 23 A maioria dos intelectuais brasileiros desta época influenciados pela teoria racial vão assumir uma posição pessimista e determinista quanto a possibilidade de um desenvolvimento civilizatório no Brasil.
- 24 SEVCENKO, Nicolau. Op. cit.
- 25 PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: África, 1990.
- 26 LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 2ª, São Paulo: Pioneira, 1969.
- 27 Paulo Prado nasceu em 1869 e morreu em 1943. Escritor e historiador, filho do Conselheiro Antônio Prado. Foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna (1922). Das suas obras de ensaística, destacam-se: **Paulística (1924)** e **Retrato do Brasil (1928)**.
- 28 Manoel José Bonfim educador e historiador brasileiro, nasceu em Aracaju e morreu no Rio de Janeiro; instalou o primeiro laboratório de Psicologia Experimental do país. Escreveu o **livro de leitura**, com Olavo Bilac (1919), e **Lições de Pedagogia (1905)** entre outras obras.
- 29 Fernando de Azevedo, nasceu em São Gonçalo do Sapucaí em Minas Gerais em 1894 e faleceu em São Paulo em 1974. Educador dos mais renomados, foi o responsável pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), tendo sido Diretor do Deptº de Educação do Estado de São Paulo (1933) onde promoveu profundas reformas pedagógicas. Sua mais conhecida obra é "**A Cultura Brasileira**".
- 30 Silvio Romero, nasceu em Lagarto no Sergipe em 1851 e faleceu no Rio de Janeiro em 1914. Polêmico, combativo e panfletário, defendia com energia sua idéias. Inspirado nos mestres Darwin, Buckle, Taine, Spencer. Suas obras tinham caráter naturalista, filosofia esta da qual foi um dos legítimos representantes. Em decorrência de sua filosofia, sua concepção da crítica e a historiografia literária, baseava-se no determinismo biológico e sociológico, no evolucionismo darwinista, no naturalismo e cientificismo aplicado à literatura. face as premissas filosóficas em que se apoiou para penetrar no conhecimento da realidade brasileira, sua obra sofreu enormes críticas.
- 31 Francisco José Oliveira Viana, nasceu no Rio de Janeiro em 1883 e faleceu em 1951. Sua obra influenciou decisivamente o desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Pesquisador atento, é considerado um profundo conhecedor dos problemas da formação da nação brasileira, embora na obra receba por parte de alguns sociólogos graves críticas. Entre suas principais obras destacamos: **Populações Meridionais no Brasil (1920)**, **Evolução do povo brasileiro (1924)**, **História do capitalismo no Brasil (1951)**.
- 32 nha, nasceu em Santa Rita do Rio de Janeiro em 1866 e faleceu em 1909. Desde cedo demonstra sua inclinação para as letras, anos mais tarde tornou-se cronista e comentarista político. Designado pelo Jornal do Estado de São Paulo para cobrir jornalisticamente os acontecimentos de Canudos, assistirá a luta feroz entre os insurretos e as forças do governo. Inspirado pela luz do racionalismo, para descrever o que está narrando, fez um estudo prévio dos aspectos geográficos, botânicos, zoológicos, bem como os antecedentes sociológicos do conflito, no intuito de formar sobre o caso um juízo imparcial e

- objetivo. Desta análise resultou a obra “**Os Sertões**” e que mais do que uma crônica histórica e social passa para o plano das grandes epopéias.
- 33 Gilberto Freyre nasceu no Recife em 1900 e faleceu na década de 80. Sociólogo, professor e escritor. De família tradicional do Recife recebeu educação esmerada, tendo estudado em importantes Colégios no Brasil e nos Estados Unidos da América do Norte, onde também freqüentou as Universidades de Baylor e Colúmbia, tendo ali defendido a tese “**A vida Social no Brasil na metade do século XIX**”. Intelectual atuante, atinge o auge com a publicação das obras. **Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos**, que irão influenciar decisivamente os estudiosos sociais (inter-raciais), e a sociedade no Brasil.
- 34 Sergio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo, em 1902, faleceu em 1982. participante do movimento modernista de 1922, foi redator da revista Klaxon e fundador da revista Estética. Projetou-se como professor, erudito e crítico literário. Foi professor da Cátedra de História da Civilização da Universidade de São Paulo (USP) onde ingressou por concurso. Entre suas maiores obras destacamos “**Raízes do Brasil**” e “**História da Civilização Brasileira**”, nesta foi o organizador, além de có-autor.
- 35 SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo, 1987.
- 36 Ver Maria Luiza S. Ribeiro. **História da Educação brasileira e a organização escolar**. São Paulo: Moraes, 1984.
- 37 ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 5ª, Petrópolis: Vozes, 1984. p. 34
- 38 Sobre este tema recomendamos a leitura de Bárbara Freitag. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.
- 39 FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia do corpo a ideologia nacionalista ou de como deixar sem ler e escrever desde as catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genbras, Apolônias e Gracias até os Severinos**. São Paulo: Cortez, 1989.p. 57/58.
- 40 Ver Maria Luiza S. Ribeiro. 1984. Op. Cit.
- 41 SOUZA, Paulo Natanael Pereira de. **Educação na Constituição e outros estudos**. São Paulo. Pioneiras, 1986. p. 26.
- 42 Ana Maria Araújo Freire em sua obra **Op. cit, Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos**. São Paulo: Cortez, 1989, evidencia de forma brilhante o processo educativo do Brasil no 1º e 2º Reinados, onde se privilegiava as elites em detrimento das classes populares.
- 43 FREIRE, Ana Maria Araújo. Op. cit. pág. 47
- 44 RIBEIRO, Maria Luiza S. Op. cit. pág. 81.
- 45 TRINDADE, Etelvina Maria de Castro, Op. cit. pág. 93.
- 46 TRINDADE, Etelvina Maria de Castro Op. Cit. pág. 83.
- 47 ISMÉRIO, Clarice, Op. cit. pág. 88.
- 48 Ver SALLES, Iraci Galvão. Op. cit.